

# Reale propõe equilíbrio maior entre os poderes

22 JAN 1986

Rio — O professor-adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Miguel Reale Júnior, propôs ontem, durante reunião dos comitês três e quatro da Comissão de Estudos Constitucionais, no Rio, a criação de um regime caracterizado pela coresponsabilidade do Executivo e do Legislativo.

Reale Júnior afirmou que as atribuições que recaem sobre o Presidente da República e o seu isolamento do Congresso Nacional indicam o caminho de um semipresidencialismo, no qual é mantida a figura central do Presidente. Este, segundo ele, será auxiliado no controle e cooperação dos ministérios e na execução do plano de governo por um primeiro-ministro, cujas atribuições não são as de chefe do governo, mas de auxiliar do Presidente da República, dando unidade e coordenação à ação governamental. Pela proposta, seria desnecessário dissolver o Congresso, na hipótese de impasse decorrente de rejeição da segunda indicação.

Outra sugestão, feita pelo professor, foi a criação de um Conselho da República, composto por membros do Executivo e do Legislativo, a ser consultado em momentos graves, por ocasião da decretação do estado de alarme ou da solicitação do estado de sítio.

O semipresidencialismo, proposto por Reale Júnior, também chamado de presidencialismo qualificado, não encontra apoio no professor Hélio Jaguaribe, que também integra o comitê. Jaguaribe defendeu a criação de um presidencialismo cameral, durante a reunião no Rio. Para ele, no presidencialismo qualificado o chefe do governo é também o chefe do Estado, sendo o primeiro-ministro um auxiliar do governo, como é o caso do modelo peruano, em que a autoridade compete, de fato, ao Presidente da República, que pode demitir o primeiro-ministro quando hem entender.

O presidencialismo cameral, ao contrário, é aquele em que o Presidente, eleito por voto

popular com maioria absoluta, é chefe do Estado e garante a estabilidade das instituições, funcionando como um árbitro do bom funcionamento do regime, enquanto o governo, propriamente dito, é exercido pelo primeiro-ministro, por delegação do Congresso.

O presidente do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socio-Econômicos — (Dieese), Walter Barelli, que também participou da reunião, advertiu que a discussão entre parlamentarismo e presidencialismo está desviando o tema Constituição para outros menos importantes.

Os sindicatos, com raras exceções, disse Barelli, bem como o movimento popular, não estão discutindo Constituição. Segundo ele, há, sim, uma mobilização do setor empresarial, "já constituindo inclusive fundos para eleger candidatos", de sua preferência.

A tese da adoção do parlamentarismo pela Constituinte ganhou reforço com a manifestação favorável do consultor-geral da República, Paulo Brossard, à sua implantação no País. Considerado nos meios políticos como o próximo ministro da Justiça, o ex-senador pelo Rio Grande do Sul, defendeu o regime parlamentar de governo, a seu ver melhor para a democracia, por conjugar a sua responsabilidade com a sua representatividade.

Conforme o político gaúcho, uma das calamidades da vida nacional têm sido os testamentos deixados pelos governos em seus termos. A situação se agravou com o passar dos anos, pois não somente esse tipo de legado, representado sobretudo pelos milhares de nomeações que costumam ser feitas pelos governos findos, continua a ser feito, como acentuou-se a prática da limpeza dos cofres públicos nesses períodos. Nos últimos anos, os governos militares assumiram compromissos financeiros a serem cumpridos pelas administrações subseqüentes, na maioria dos casos sem que houvesse condições reais para honrá-los.